

MARIANE NARDI SANTOS

PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE ADOLESCENTES SOBRE OS IMPACTOS
AMBIENTAIS CAUSADOS PELOS SEUS HÁBITOS DE CONSUMO: UMA
CONTRIBUIÇÃO PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

CURITIBA
2006

MARIANE NARDI SANTOS

PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE ADOLESCENTES SOBRE OS IMPACTOS
AMBIENTAIS CAUSADOS PELOS SEUS HÁBITOS DE CONSUMO: UMA
CONTRIBUIÇÃO PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de especialista do Curso de Especialização em Educação, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof. Maria do Rosário Knechtel

CURITIBA
2006



Universidade Federal do Paraná
Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento

Ata da sessão pública da monografia do grau de Especialista em Educação Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná. Aos dezoito dias do mês de agosto de dois mil e seis, às 19:00 horas na Sede do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos da apresentação da monografia que esteve sob a orientação da Professora Maria do Rosário Knechtel. Tendo sido a banca constituída pelos seguintes Professores: José Edmilson de Souza Lima e José Julio Nunes Ferreira sob o título "*Percepção ambiental de adolescentes sobre os impactos ambientais causados pelos seus hábitos de consumo: uma contribuição para a Educação Ambiental*" de autoria de MARIANE NARDI SANTOS, tendo obtido os seguintes conceitos: Professores José Edmilson de Souza Lima (A) e José Julio Nunes Ferreira (A). Em seguida foi declarada aprovada e receberá o título de Especialista em Educação Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente sessão a qual será assinada pela banca examinadora.

Curitiba, 18 de agosto de 2006.

Prof. Dr. José Edmilson de Souza Lima

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Edilson', written over a horizontal line.

Proff. Ms José Julio Nunes Fereira

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'José Julio Nunes Ferreira', written over a horizontal line.

Dedico esta monografia ao Cesar, companheiro e grande incentivador e ao Pedro, que embarcou nessa viagem dentro de mim e veio ao mundo no decorrer dela, me possibilitando a maravilhosa experiência da maternidade e me ajudando com seu sorriso a superar as dificuldades encontradas.

AGRADECIMENTOS

À Professora Aracy Asinelli da Luz, por me ajudar a encontrar um norte para este trabalho,

À Professora Maria do Rosário Knechtel, pelo aprendizado possibilitado através das suas disciplinas na especialização, pela dedicação e pela orientação de última hora, aceitando um desafio, mesmo tão assoberbada.

A todos os Professores da especialização, pelos diálogos, questionamentos, trabalhos, seminários, saídas que me permitiu um crescimento real enquanto pessoa e profissional.

Aos Colegas de especialização que contribuíram fundamentalmente para construção de uma visão mais interdisciplinar e integral do mundo, através das discussões em sala de aula.

Aos jovens que colaboraram voluntariamente para a concretização desta monografia, compartilhando sua visão de mundo para a coleta dos dados.

Aos meus pais e à minha irmã que sempre estão ao meu lado, colaborando e participando das minhas conquistas.

"A cada dia, a natureza produz o suficiente para suprir nossas carências. Se cada um tomasse a porção que lhe fosse necessária, não haveria pobreza, guerras, e no mundo todo ninguém mais morreria de inanição."

Gandhi

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	01
2 REVISÃO DA LITERATURA	05
2.1 Percepção, o que é?	05
2.2 Adolescência e juventude	07
2.3 Comércio Justo e Consumo Sustentável	09
2.4 Lixo e seu destino	12
2.5. Meio Ambiente e Sustentabilidade	15
2.6 Educação Ambiental	18
3 METODOLOGIA	25
3.1 Delineamento da Pesquisa	25
3.2 Descrição do Universo Amostrado	25
3.3 Seleção da Amostra	27
3.4 Coleta de Dados	27
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	29
4.1 Necessidades Básicas <i>versus</i> Supérfluos.....	29
4.2 Poder de Escolha e Critérios Utilizados.....	31
4.3 Hábitos de consumo.....	33
4.4 Preocupações com o lixo gerado após consumo.....	37
4.5 Modificação de Hábitos.....	40
4.6 O Desafio da Educação Ambiental.....	43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	47
APÊNDICES	51

RESUMO

O quadro de crise socioambiental presente nesta sociedade, resultado dos padrões de produção e consumo insustentáveis, vem possibilitando o surgimento de uma nova visão de mundo, uma vez que o ser humano é capaz de se reconstruir através da educação. O objetivo deste trabalho é verificar como adolescentes de uma escola pública de ensino profissionalizante percebem os impactos socioambientais gerados pelos seus hábitos de consumo. Para a compreensão do tema, recorreu-se a uma revisão da literatura buscando subsídios sobre percepção e sua importância na formação das imagens do mundo; sobre adolescência e juventude, caracterizando os processos típicos dessa fase; sobre comércio justo e consumo sustentável, buscando conhecer alternativas de consumo mais coerentes com o novo paradigma; sobre meio ambiente e desenvolvimento, procurando entender algumas das concepções referentes a esses temas e sobre Educação Ambiental. A pesquisa de campo foi qualitativa e a coleta de dados ocorreu através de grupo focal e entrevista semi-estruturada, com 11 adolescentes selecionados de forma voluntária. Esse estudo evidenciou a falta de percepção da relação entre consumo e meio ambiente desses adolescentes, o que reflete a sociedade em que vivem, mas também que demonstra que algumas atitudes e pensamentos, desses adolescentes, já são expressões da nova visão de mundo que emerge. E traz a reflexão a respeito da importância da Educação Ambiental na formação de cidadãos reflexivos, atuantes e conscientes da complexidade ambiental.

1 INTRODUÇÃO

O mundo está vivendo um momento de crise, uma crise que afeta tanto os países desenvolvidos, como os países em desenvolvimento, porém de distintas maneiras. As desigualdades sociais e os problemas ambientais afetam a todos. Os países em desenvolvimento não conseguem garantir as necessidades básicas a toda a sua população, verificam-se aí pessoas vivendo em condições subumanas. Além disso, buscam se desenvolver dentro do modelo capitalista, mas se vêem pressionados pelos países desenvolvidos a não degradar e destruir suas riquezas naturais, pois estas ainda dão sustentação a todo planeta, dificultando assim seu crescimento, nesse contexto. Os países desenvolvidos, por sua vez, não conseguem se livrar do fluxo de imigrantes provenientes de países menos desenvolvidos e que procuram, além de sobreviver, ter direito ao mesmo padrão de vida da população daqueles países.

Uma vez que 80% dos recursos da Terra são utilizados por aproximadamente 20% da população mundial (CONSUMERS INTERNATIONAL et al., 2005), torna-se inviável estabelecer equidade a partir do padrão de consumo desta parte privilegiada da população, porém não é mais possível negligenciar o direito a uma vida digna para todos.

Cada vez mais as pessoas percebem que sua qualidade de vida está comprometida pelos problemas ambientais e sociais, como a poluição atmosférica e dos recursos hídricos, geração de resíduos sólidos, violência, falta de segurança, desemprego, gerados, principalmente, pelo modelo econômico e social vigente.

Modelo este adotado pela sociedade contemporânea que valoriza mais o ter do que o ser (MEDINA, 1999), conseqüentemente aumentando o consumo para

poder manter seus padrões de desenvolvimento, permitindo, assim, o acúmulo do capital nas mãos de poucos. Esse desenvolvimento, no entanto, vem se tornando insustentável pelo esgotamento de recursos naturais necessários como matéria-prima para produção industrial.

Ao mesmo tempo, a população mundial vem percebendo a insustentabilidade social gerada pelas desigualdades e começa a se questionar sobre seus valores e atitudes, deparando-se com o desafio de modificar-se para tornar sustentável a vida neste planeta, para esta e às futuras gerações.

Países, como Brasil, vivem uma realidade de desigualdade social muito acentuada. Isso pode ser verificado no índice de violência, desemprego, mas principalmente na diferença de renda.

Percebe-se que tanto a população de baixa renda como as classes mais privilegiadas causam impactos socioambientais negativos. A primeira muitas vezes pela falta de opção, por exemplo, quando invadem áreas de mananciais para habitarem, e a segunda, pela falta de percepção, questionamento e atitudes, por exemplo, consumindo em excesso.

A presente pesquisa pretende contribuir para conhecer melhor a relação entre sociedade e meio ambiente levando em conta a forma que adolescentes consomem, permitindo assim uma reflexão sobre as atitudes e valores, oportunizando subsídios para mudanças individuais e sociais.

Questão geral:

Consumidores adolescentes, entre 14 e 18 anos, do ensino médio integrado de uma escola técnica de Curitiba têm a percepção dos impactos sócioambientais causados por seus hábitos de consumo?

Questões norteadoras

- O que é necessário e o que é supérfluo no entendimento dos adolescentes que freqüentam uma escola técnica de Curitiba?
- O que são hábitos de consumo?
- Há uma preocupação entre eles em consumirem produtos menos agressivos ao meio ambiente?
- Essa preocupação é só com o destino final do produto? Ou com a embalagem? Ou há um questionamento sobre todo o ciclo produtivo?
- Como são feitas as escolhas do que consomem?
- É possível estabelecer práticas de consumo sócioambientalmente sustentável entre adolescentes a partir de um programa de educação ambiental?

1.4. Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

Pesquisar a percepção dos adolescentes sobre os impactos sócioambientais gerados por seus hábitos de consumo.

1.4.2 Objetivos Específicos

Verificar a noção do que é necessário e do que é supérfluo para adolescentes da sociedade atual, que freqüentam uma escola técnica de Curitiba.

Definir impactos sócioambientais e hábitos de consumo com apoio em fundamentos sócioambientais

Identificar como são feitas as escolhas do que os jovens consomem.

Investigar como a percepção ambiental pode influenciar nos hábitos de consumo.

Identificar as possíveis preocupações sócioambientais por parte do consumidor adolescente, ao adquirir um produto.

Propor práticas sócio educativas ambientais que possibilitem a formação de um consumidor responsável com as questões sócioambientais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Para melhor compreensão e explicação do objeto deste estudo, buscou-se construir um referencial teórico que parte de fundamentos básicos entre eles a percepção.

2.1 Percepção, o que é?

Capra (1986 e 2001) afirma que os principais problemas que estamos vivenciando são diferentes facetas de uma única crise, que é em grande parte uma crise de percepção. “Percepção esta que vem de uma visão de mundo obsoleta, de realidade inadequada para se lidar com um mundo superpovoado e globalmente interligado.”

A interação do ser humano com o mundo em que vive ocorre através das suas percepções, agindo sobre o meio de acordo com os valores apreendidos neste processo e da noção de realidade estabelecida ao longo do tempo.

A fenomenologia estuda a consciência e os objetos desta, como a percepção. Cobra (2001) conceitua a redução fenomenológica como sendo o processo pelo qual tudo que é informado pelos sentidos é mudado em uma experiência de consciência, em um fenômeno que consiste em se estar consciente de algo. Merleau-Ponty (1999) trabalha com a idéia dos seres humanos como sujeitos ativos, que conferem sentidos, valores e interpretações novas às coisas percebidas.

“O sujeito da sensação não é nem um pensador que nota uma qualidade, nem um meio inerte que seria afetado ou modificado por ela; é uma potência que co-nasce em certo meio de existência que sincroniza com ele.” (MERLEAU-PONTY, 1999).

A percepção ambiental inclui não apenas as percepções bio-fisiológicas, mas também as imagens que formamos mentalmente sobre o mundo vivido. Nossas memórias, experiências, predileções, interpretações, atitudes e expectativas (DEL RIO, 1991 apud SOARES, 2005).

Já em 1973, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) identifica como uma das dificuldades para a proteção dos ecossistemas naturais a existência de diferenças de percepções de valores e da importância dos mesmos entre os indivíduos de culturas diferentes ou de grupos sócio-econômicos que desempenham funções distintas, no plano social, nesses ambientes (SOARES, 2005).

Para Soares (2005), o homem interage constantemente com o ambiente para suprir suas necessidades e desejos, modificando-o. Essas modificações vêm, muitas vezes, comprometendo a sustentabilidade da vida na Terra, diminuindo a disponibilidade dos recursos naturais e aumentando as possibilidades de extinção de espécies.

As interações entre ser humano e ambiente estão diretamente relacionadas às percepções, aos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada indivíduo (SOARES, 2005).

Estudar a percepção ambiental é de fundamental importância, uma vez que é através dela que o ser humano se relaciona com o meio podendo estabelecer relações sustentáveis ou insustentáveis. Sendo assim, busca-se compreender a percepção ambiental que jovens de um contexto urbano têm em relação aos seus hábitos de consumo.

2.2 Adolescência e juventude

A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera como adolescência a faixa etária entre 10 e 19 anos e paralelamente juventude a faixa etária entre 15 e 24 anos. Porém outras características, além da idade, definem a adolescência tais como mudanças no corpo e de comportamento, desenvolvimento da sexualidade, aparecimento de questionamentos, rebeldia, entre outras.

Nesse contexto, Outeiral (2001) define a adolescência como um período evolutivo no qual ocorrem transformações biopsicossociais determinando um momento de passagem da infância para o mundo adulto.

A entrada e a permanência na adolescência têm variado com o tempo e de acordo com classe social, relacionadas com as modificações que ocorrem na estrutura da sociedade (OUTEIRAL, 2001).

Para Blos (1998) o adolescente passa pelas seguintes fases: período de latência, pré-adolescência, adolescência inicial, adolescência propriamente dita, final da adolescência e pós-adolescência, variando o tempo de permanência em cada fase para cada indivíduo.

O foco deste estudo está na fase da adolescência propriamente dita e no final da adolescência, quando as modificações no âmbito emocional são mais efetivas que as modificações do corpo. A primeira se caracteriza pela busca das relações objetais, é uma fase de modificações decisivas, as emoções são muito intensas e profundas, já na segunda, o indivíduo apresenta ações intencionais, integração social, capacidade de fazer prognóstico, constância emocional e estabilidade da auto-estima, além da delineação das preocupações que realmente interessam na vida e não toleram conciliações e nem adiamentos (BLOS, 1998).

Este turbilhão de emoções nesta fase da vida, desencadeada pelas transformações do corpo, unida ao aguçado senso crítico característico tem sido agente desencadeador de transformações sociais importantes (OUTEIRA, 2001).

Sendo assim, percebe-se no jovem um potencial para trabalhar as questões sócioambientais, tentando superar a crise que se apresenta à sociedade. O Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Educação (2005 e 2006) têm tentado trabalhar com juventude através de políticas públicas, incentivando a formação de coletivos jovens para promover discussão em torno dos temas ambientais, com o objetivo de atingir todos os segmentos da sociedade, provocando modificações e buscando a sustentabilidade.

Por outro lado, a mídia vem explorando a fragilidade de uma personalidade em formação para gerar mais consumo, promovendo anúncios irresistíveis aos jovens utilizando-se principalmente da necessidade de ser aceito pelo seu grupo e de criar identidades, característica nessa fase (CONSUMERS INTERNATIONAL et al., 2005).

Kehl (2001) explica a situação da atual juventude, sem limites e sem projetos de vida, devido à herança deixada pelos pais: o imperativo de desfrutar a vida, o dever da felicidade e a obrigação da liberdade. E acrescenta que isto possibilitou o crescimento da indústria da comunicação que aproveita tudo desse mercado, principalmente a contestação que deu “o mote para a mensagem publicitária, a contracultura orientou a produção de novos padrões de modismos, os impulsos sexuais recém-liberados forneceram a base imaginária dos desejos que movem, hoje, a sociedade de consumo”.

Percebe-se, assim, que esta fase da vida tem suas fragilidades, porém apresenta um grande potencial para contestações, modificações de padrões de comportamento, desenvolvimento de uma visão crítica de mundo, tornando possível ter esperança em uma sociedade mais justa e ambientalmente mais equilibrada em um futuro próximo, se possibilitado a essa geração a sensibilização para essas questões.

2.3 Comércio Justo e Consumo Sustentável

A evidência da crise ambiental acontece nos anos 60, refletindo-se na irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e consumo, limitando-se ao crescimento econômico (LEFF, 2001).

Em um sentido mais amplo, o consumo é caracterizado pela quantidade total de recursos extraídos do meio ambiente, que são usados na produção de bens e serviços; grande parte desses, entretanto, é imediatamente disposta como resíduo sólido ou esgoto, entrando no fluxo dos resíduos. Assim, produção é o processo de transformar os recursos em bens e serviços úteis, além de resíduos - visto por essa ótica, os problemas ambientais passam a ser questões de produção e consumo (CHARTER e TISCHNER, 2001 apud AZEVEDO, 2005).

Visto que o consumismo tem provocado escassez dos recursos naturais, assim como as desigualdades sociais e a visualização de um quadro de crise mundial têm provocado mudanças de comportamento em pessoas que já perceberam esse risco provocado pelo modo de vida da sociedade atual. São pessoas que acreditam que sua postura, enquanto consumidor, pode pressionar empresas a se preocuparem com os impactos ambientais gerados pelo processo de industrialização e comercialização de seus produtos e serviços.

Junto com as questões ambientais, muitos destes consumidores estão preocupados com as questões sociais. Demonstram esta preocupação boicotando empresas que exploram pessoas e que causam grandes impactos ambientais. Entre as formas de exploração de pessoas se encontra o uso do trabalho infantil, trabalho escravo, o descumprimento de legislações trabalhistas, falta de condições dignas de trabalho, entre outros. (NOGUEIRA, 2005)

A sociedade vem buscando alternativas na maneira de consumir. Surgem, assim, modalidades de consumo, que muitas vezes parecem não passar de modismos, mas que na verdade ainda estão se estruturando e buscando seu espaço.

Consumers International et al. (2005), destaca e define os seguintes tipos de consumo: **consumo verde**, aquele que o consumidor busca além da qualidade e preço incluindo a variável ambiental em seu poder de escolha; **consumo responsável, ético ou solidário** é uma forma de consumir com compromisso ético, consciência e responsabilidade quanto aos impactos sociais e ambientais que as escolhas e comportamentos do consumidor podem causar em ecossistemas e em outros grupos sociais; e **consumo sustentável** é mais abrangente que coloca além do aspecto ambiental e social do consumo, a importância de ações coletivas e mudanças políticas, econômicas e institucionais para fazer com que os padrões e níveis de consumo se tornem sustentáveis.

Nesse sentido existem hoje entidades que trabalham com a idéia de **comércio justo** (*Fair Trade*), definido como sendo uma parceria comercial baseada em diálogo, transparência e respeito, que busca maior equidade no comércio internacional, contribui para o desenvolvimento sustentável por meio de melhores condições de troca e da garantia dos direitos para produtores e trabalhadores

marginalizados - principalmente do Sul (CONFERÊNCIA ANUAL DA *INTERNATIONAL FEDERATION OF ALTERNATIVE TRADE*, 2001 apud SEBRAE, 2004).

No Brasil o comércio justo é conhecido também como comércio ético e solidário. Essa idéia tem sido construída coletivamente por várias instituições da sociedade buscando nessa prática a presença dos seguintes valores: participação democrática; liberdade sindical; eliminação do trabalho forçado; erradicação da exploração do trabalho infantil; responsabilidade e transparência nos processos administrativos, coletivos e públicos; erradicação da pobreza; promoção do desenvolvimento humano; valorização de identidades locais; acesso universal à educação, à cultura, ao lazer, ao cuidado com a saúde e às oportunidades econômicas; educação para um modo de vida sustentável; tratamento aos seres vivos com respeito e dignidade; cultura de tolerância, de não-violência e de paz; proteção dos sistemas ecológicos da Terra (FACES DO BRASIL, 2005)

Para viabilizar a prática deste tipo de comércio, é necessário um trabalho efetivo com todo processo de produção. Segundo a Faces do Brasil (2005) para fazer a ligação entre os valores e a prática há princípios do comércio ético e solidário e critérios para os(as) produtores(as) ou executores(as) de serviços e critérios aos comerciantes (atacadistas ou varejistas) ou transformadores de produtos.

Além disso, se faz necessário um consumidor consciente de seu papel cidadão e de seu poder na mudança social através de suas escolhas, buscando estabelecer conexões mais diretas em suas relações de comércio.

Enquanto o ser humano não tiver presente em sua vida à relação Homem, Natureza e Sociedade, a percepção será de um ser dissociado do ambiente, que seu estilo de vida parece não ter ligação com os outros seres que coabitam este

planeta, ou ainda, que acredita que a sua capacidade intelectual vai dar conta de todos os problemas ambientais gerados por ele próprio, engessando assim um processo de transformação necessária. Acredita-se que não será possível modificar padrões de comportamento individuais e coletivos necessários na busca da sustentabilidade e, conseqüentemente, na possibilidade de uma vida digna, sem concretamente propostas e aplicadas práticas de educação ambiental.

2.4 Lixo e seu destino

A natureza não gera lixo, toda matéria faz parte de um ciclo, tudo que parece ser resíduo (folhas caídas, excrementos, etc) vai dar suporte para formação novas vidas devido à transformação deste material, através do processo de decomposição, em nutrientes (INMETRO e IDEC, 2002). Até o início do século passado os resíduos produzidos pelo homem não representavam grandes problemas para o ambiente, devido à natureza dos produtos consumidos. A industrialização trouxe uma série de benefícios e avanços tecnológicos para a humanidade, mas acelerou o processo de degradação ambiental.

Com o objetivo de atender a demanda da crescente população mundial, as unidades produtivas trabalham com alta tecnologia, aumentando a produção, e em conjunto com o modelo econômico vigente geram produtos de pequena vida útil e transformam produtos supérfluos em necessidades de consumo, gerando, assim pressão sobre os recursos naturais e, conseqüentemente, influenciando os processos biológicos que dão sustentabilidade à vida (FEREGUETTI e SANTANA).

O aumento do consumo de produtos industrializados, a produção excessiva, a grande quantidade de embalagens descartáveis, a diminuição da vida útil de

equipamentos e o desperdício são alguns dos fatores que explicam a produção excessiva de resíduos. Na última década houve um aumento exponencial na geração de resíduos (Associação Ecológica Ecomarapendi, 2001 apud TAVARES e FREIRE, 2003). Segundo dados IBGE (2000), a quantidade diária de lixo coletado totaliza no Brasil 228 mil toneladas, nas grandes regiões, unidades da federação, regiões metropolitanas e municípios das capitais. Quando dividimos esta quantidade de lixo pela população do ano de 2000, chegamos a uma produção de 1,35 quilos de lixo por pessoa/dia. Uma produção que chega aos padrões dos países industrializados com maior desenvolvimento econômico, denunciando assim, uma prática de consumo insustentável e uma cultura do desperdício.

A destinação final dos resíduos no país é em grande parte inadequada, já que 21% são depositados em vazadouros a céu aberto, 37% vão para aterros controlados e somente 36% para aterros sanitários, 3% vai chegar à estação de compostagem e 1% a estações de triagem (IBGE, 2000). O aumento da quantidade do lixo gerada pelo consumo, somado à falta do reaproveitamento deste através da separação adequada e reciclagem, diminui o tempo de vida útil dos aterros sanitários. Isso vai ocasionar a busca de mais espaços nas cidades ou em áreas próximas para construção de novos aterros, áreas estas que se vêm se tornando cada vez mais escassas (AZEVEDO, 2004). Conseqüentemente gerando problemas para a população do entorno que vê a desvalorização de seu imóvel, devido a situações que possam vir acontecer como o mau cheiro e, principalmente, tendo que desmatar e modificar estruturalmente uma grande área para uma construção adequada de um aterro sanitário.

A Agenda 21, documento da Rio-92, construída de forma consensuada, com a contribuição de governos e instituições da sociedade civil de 179 países, é um

plano de ações a ser seguido em busca da sustentabilidade (MMA). O capítulo 21 da Agenda 21 trata do manejo ambientalmente saudável dos resíduos sólidos e questões relacionadas com esgotos. Neste capítulo da Agenda 21 está reforçada a ligação entre o problema de resíduos e o consumo, afirmando que os padrões de produção e consumo não sustentáveis estão aumentando a quantidade e variedade dos resíduos persistentes no meio ambiente em um ritmo acelerado. Em 1992 colocava-se a possibilidade dessa tendência aumentar consideravelmente as quantidades de resíduos produzidos até o fim do século passado e quadruplicá-los ou quintuplicá-los até o ano 2025. Ainda, alerta para a necessidade de uma abordagem preventiva do manejo dos resíduos centrada na transformação do estilo de vida e dos padrões de produção e consumo.

Azevedo (2004) coloca a importância da minimização da produção de resíduos desviando-se da busca para soluções de problemas com custos elevados para prevenção do problema. Desta maneira é fundamental promover formas para evitar que enormes quantidades de resíduo sejam geradas nas unidades habitacionais e encaminhadas para um aterro sanitário ou outra forma de disposição final, com vistas a diminuir, no futuro, a necessidade de recuperação de áreas degradadas por esses resíduos. Para isso é necessário adotar procedimentos que evitem a geração de resíduos por meio da modificação no sistema de gestão, controle na fonte, boas práticas operacionais e combate ao desperdício, na busca da redução dos custos econômicos e ambientais pelo uso mais eficiente de materiais e energia associando a educação ambiental como parte integrante e essencial nesse processo.

2.5. Meio Ambiente e Sustentabilidade

O entendimento do meio ambiente é importante em todas as suas possíveis aplicações como é o caso da Constituição Brasileira que traz no artigo. 225. o seguinte texto:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

O direito a um ambiente equilibrado vem ligado ao dever de defendê-lo, porém com uma visão preservacionista, como era a linguagem da época. Também está inserida a idéia de sustentabilidade, uma vez que pressupõe um cuidado para as futuras gerações.

A lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, entende como meio ambiente, “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.” Neste conceito não se contemplam as questões sociais, permitindo interpretar a inexistência da ligação homem-natureza.

O conceito de meio ambiente vem se modificando ao longo do tempo e se tornando cada vez mais amplo. Dependendo da percepção dos indivíduos de um grupo, esse conceito se estabelece de maneiras diferentes. Para Sauv  (1996), citado por Soares (2005), algumas classifica es foram consideradas para melhor entender as formas como se percebe o meio ambiente. S o elas: o meio ambiente como natureza para ser admirada; como recurso que deve ser gerenciado; como um problema que deve ser resolvido e apresenta seu foco nas polui es; como um lugar para se viver que considera os componentes sociais e tecnol gicos; como biosfera

entendida como um lugar para ser dividido e; como um projeto comunitário, sendo a natureza foco de análise crítica na participação política da comunidade.

Na concepção de Leff (2001) o ambiente é uma categoria sociológica relativa a uma racionalidade social, configurada por comportamentos, valores e saberes, como também por novos potenciais produtivos. E completa:

“(...) o ambiente do sistema econômico é constituído pelas condições ecológicas de produtividade e regeneração dos recursos naturais, assim como pelas leis termodinâmicas de degradação de matéria e energia no processo produtivo. O ambiente estabelece potenciais e limites às formas e ritmos de exploração dos recursos, condicionando os processos de valorização, acumulação e reprodução do capital.”

Assim a percepção das complexas e estreitas relações entre meio ambiente e a sociedade humana vem trazendo novas reflexões e abordagens sobre o tema. Isso está acontecendo devido à urgência com que o tema foi colocado para a sociedade. A preocupação com o meio ambiente surgiu, segundo Leff (2001), com a crise ambiental nos anos 60, como resultado da irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e consumo. A partir da década de 70, o meio ambiente ganhou destaque no cenário mundial, através do relatório do Clube de Roma que demonstrava os limites do crescimento devido ao caráter finito dos recursos naturais, principalmente dos recursos energéticos, após trinta anos de crescimento acelerado, nos países industrializados (RAYNAUT; LANA & ZANONI, 2000). A isso se seguiu uma crise econômica: a crise do petróleo, forçando os países industrializados a buscar alternativas energéticas, porém não foi o suficiente para modificar os padrões de produção e consumo.

Com o crescimento populacional acelerado e essa preocupação com os limites dos recursos naturais e com a capacidade de abastecimento, a discussão

ambiental se concentrou principalmente na necessidade de frear esse crescimento, não sendo levada em conta a enorme diferença de padrões de consumo, nem a multiplicidade dos fatores que estavam causando os problemas. Os ônus dos problemas ambientais acabaram ficando nas mãos dos países em desenvolvimento que tinham as maiores taxas de crescimento populacional e conseqüentemente eram vistos como os maiores responsáveis pela degradação ambiental (RAYNAUT; LANA & ZANONI, 2000).

Foi também na década de 70 que começou a relacionar-se a deterioração ambiental com o desenvolvimento, demonstrando que só o desenvolvimento não dava conta de um equilíbrio com o meio ambiente e muito menos alcançava a equidade no interior da sociedade humana (FOLADORI & TOMMASINO, 2000).

A preocupação com a sustentabilidade planetária no cenário mundial, expostas nas diversas conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre meio ambiente, oportunizou a exploração de alternativas para o modelo de desenvolvimento vigente, o chamado codesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável. Para Sachs (1994) esse foi um caminho intermediário encontrado entre as abordagens reducionista do ecologismo intransigente e pelo economicismo de visão estreita no relatório de Founex em 1972.

O desenvolvimento sustentável postula a necessidade de encontrar novos modos de produção e estilos de vida nas condições e potencialidades ecológicas de cada região, assim como na diversidade étnica e na autoconfiança das populações para a gestão participativa dos recursos (LEFF, 2001), além de propor um desenvolvimento mais equitativo, diminuindo as disparidades mundiais (SACHS, 1993).

Os princípios básicos deste conceito são:

“i) satisfação das necessidades básicas, ii) solidariedade com as gerações futuras, iii) participação da população envolvida, iv) preservação dos recursos naturais e meio ambiente em geral, v) elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas, vi) programas de educação, vii) defesa da separação dos países centrais e periféricos para garantir o desenvolvimento dos últimos (SACHS, 1994)”.

Assim como o conceito de meio ambiente, o conceito de desenvolvimento sustentável tem evoluído. Foladori e Tommasino (2000) identificaram três eixos para agrupar os diferentes enfoques apresentados nas conceituações de desenvolvimento sustentável: o primeiro se restringe à sustentabilidade ecológica, o segundo une a sustentabilidade ecológica à social, mas somente como ponte para a análise da sustentabilidade ecológica e o terceiro eixo considera o desenvolvimento sustentável como a coevolução da sustentabilidade ecológica e social. Na análise desses autores, as políticas públicas e as estratégias de ação em direção à sustentabilidade vão depender da visão que se adote de desenvolvimento sustentável. Gadotti (2000) acredita que o desenvolvimento sustentável só tem sentido numa economia solidária, uma economia regida pela “compaixão” e não pelo lucro.

Enfim para se caminhar em direção da sustentabilidade é necessário levar em conta o meio ambiente, a sociedade e a economia, buscando estabelecer relações mais equilibradas entre estes três componentes em direção a valorização do ser humano como parte integrante da natureza.

2.6 Educação Ambiental

A educação surge junto com a agricultura possibilitando a forma de vida urbana e o aparecimento das regras sociais. A investigação da natureza tem início com a história da humanidade devido à curiosidade inerente ao ser humano e à sua

interação constante com o meio natural através do trabalho e de garantias de sobrevivência, o ser humano vai, assim formando a consciência de si mesmo e descobrindo as leis da natureza (FLORIANI; KNECHTEL, 2003).

Essa íntima interação do ser humano com a natureza possibilitou o desenvolvimento da vida em sociedade e do conhecimento humano. Porém com o passar do tempo e com a estruturação do conhecimento humano a relação homem – natureza foi se modificando: passando de uma visão cosmocêntrica na antiguidade para uma perspectiva teocêntrica no período medieval e se pautando na racionalidade humana na modernidade (FLORIANI; KNECHTEL, 2003). Foi em nome dessa racionalidade humana, que acreditava que a natureza era objeto a ser explorado e dominado, que surgiu a crise sócio-ambiental vigente (CAPRA, 1986). O final do século XX traz novas perspectivas, o mundo oscila entre modernidade e pós-modernidade, gerando perplexidades e incertezas, desconstruindo conhecimentos, bem como, reconstruindo-os em busca novos caminhos objetivando uma relação “eco-sócio-político sustentável” (FLORIANI; KNECHTEL, 2003).

A Educação Ambiental surge no contexto de crise da modernidade, no qual as poluições e o esgotamento de certos recursos naturais apresentavam evidências da insustentabilidade de vida ocasionada pelo modo de produção e consumo, bem como pelo modo de vida da sociedade humana. Assim, foi reconhecida internacionalmente em 1972 com a Declaração de Estocolmo e foi foco de discussão em várias Conferências da ONU, porém somente na Conferência das Nações Unidas “Rio-92”, através do capítulo 36 da Agenda XXI, que trata da promoção do ensino, da conscientização e do treinamento, e segundo Floriani e Knechtel, (2003) ela foi redefinida à luz da complexidade dos problemas ambientais e dos paradigmas emergentes.

Em uma sociedade complexa, que Jacobi (2005) denomina de sociedade de risco, que busca soluções emergentes para os problemas gerados por ela mesma, a educação chega como uma necessidade para reverter este quadro de crise, uma vez que para resolvê-lo necessita-se mais do que tecnologia, exige-se reflexão crítica, mudança de comportamento, autonomia, liberdade, respeito à diversidade e ao multiculturalismo, além da valorização dos diversos tipos de conhecimento, entre outros.

“Isto implica a necessidade de se multiplicarem as práticas sociais baseadas no fortalecimento do direito ao acesso à informação e à educação em uma perspectiva integradora” (JACOBI, 2003, 2005). Trata-se de promover a consciência ambiental, expandindo a participação da população em um nível mais alto no processo decisório, de maneira a fortalecer sua co-responsabilidade na fiscalização e no controle dos agentes de degradação ambiental (JACOBI, 2003). E se a educação não dá conta de toda essa transformação social esperada é porque tem que ser entendida como processo e “se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode.” (FREIRE, 1996).

Freire (1996) acredita que “Ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo”. Partindo deste princípio a educação é um ato político (JACOBI, 2003) e tem que possibilitar uma reflexão sobre como cada pessoa, enquanto sujeito e cidadão está intervindo no mundo, verificando continuamente qual tem sido seu papel na sociedade.

A sensibilização da sociedade e a incorporação do “saber ambiental” no sistema educacional, bem como a formação de recursos humanos de alto nível foram considerados como fundamentais para orientar e instrumentar as políticas ambientais. (LEFF, 2001,). Porém esse autor ressalta os obstáculos da formação de

profissionais comprometidos com esta nova visão uma vez que as universidades e as instituições educacionais estão submetidas às mesmas políticas econômicas que alimenta a crise sócio-ambiental. Apesar disso, as transformações sociais estão ocorrendo através da educação, que, como Freire (1996,) acreditava, não é simplesmente a reprodução da ideologia dominante, por isso possibilita a quebra de paradigmas e estabelecendo um novo pensar.

Mudança paradigmática que para Sorrentino *et al* (2005) implica tanto em uma revolução científica quanto política e que Jacobi (2005) baseado em Morin, 2001; Capra, 2003 e Leff, 2003, demonstra implicar em uma mudança de percepção e de valores, e deve orientar de maneira decisiva para formar as gerações atuais para aceitar a incerteza e o futuro e mais importante para gerar um pensamento complexo e aberto às indeterminações, às mudanças, à diversidade, à possibilidade de construir e reconstruir num processo contínuo de novas leituras e interpretações, configurando novas possibilidades de ação.

Com a Pedagogia da Terra ou ecopedagogia, Gadotti (2000) ressalta o aprendizado ocorrido na interação com o ambiente no cotidiano e a importância da valorização desse cotidiano para o ser humano se sentir parte integral da natureza. Além disso, propõe uma cidadania planetária, modificando assim toda a estrutura social atual.

Loureiro (2005) usa a sistematização feita por Lima (2002) para dividir as experiências denominadas de Educação Ambiental em dois grandes blocos político-pedagógicos os quais vêm se definindo e disputando a hegemonia no campo das formulações teóricas. O primeiro denominado conservador ou comportamentalista, cujas características centrais são:

“ I. Compreensão naturalista e conservacionista da crise ambiental; II. educação entendida em sua dimensão individual, baseada em vivências práticas; III. despolitização do fazer educativo ambiental, apoiando-se em pedagogias comportamentalistas ou alternativas de cunho místico; IV. baixa problematização da realidade e pouca ênfase em processos históricos; V. foco na redução do consumo de bens naturais, descolando essa discussão do modo de produção que a define e situa; VI. diluição da dimensão social na natural, faltando entendimento dialético da relação sociedade-natureza ...VII. responsabilização pela degradação posta em um homem genérico, fora da história, descontextualizado social e politicamente.”

E o segundo chamado de transformador, crítico ou emancipatório, cujas características mais comuns são:

“I. busca da realização da autonomia e liberdades humanas em sociedade, redefinindo o modo como nos relacionamos com a nossa espécie, com as demais espécies e com o planeta; II. politização e publicização da problemática ambiental em sua complexidade; III. convicção de que a participação social e o exercício da cidadania são práticas indissociáveis da Educação Ambiental; IV. preocupação concreta em estimular o debate e o diálogo entre ciências e cultura popular, redefinindo objetos de estudo e saberes; V indissociação no entendimento de processos como: produção e consumo; ética, tecnologia e contexto socio-histórico; interesses privados e interesses públicos; VI busca de ruptura e transformação dos valores e práticas sociais contrários ao bem-estar público, à equidade e à solidariedade.”

No Brasil, as discussões sobre a Educação Ambiental se apresentam mais fortemente em meados da década de 1980, com a realização dos primeiros encontros nacionais, a atuação crescente das Organizações não Governamentais (ONG's) ambientalistas e movimentos sociais que incorporaram a temática em suas lutas, e a ampliação da produção acadêmica específica (LOUREIRO, 2005). Sua importância para o debate educacional se formaliza na obrigatoriedade constitucional, em sua inclusão nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e na publicação da Lei Federal que define a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9795/1999). Lei essa que em seu artigo primeiro define a educação ambiental como:

“(...) os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos e habilidades, atitudes e competências voltadas para conservação do meio

ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.”

Ainda, coloca-se a questão da interdisciplinaridade metodológica e epistemológica da educação ambiental como “componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (art. 2º). Reforça a responsabilidade coletiva da sua implementação, seus princípios básicos, objetivos e estratégias. Esta lei fornece um roteiro para a prática da educação ambiental e na sua regulamentação (Decreto 4281/02) indica os Ministério da Educação e do Meio Ambiente como órgãos gestores dessa política (SORRENTINO et al, 2005). Enfim esses instrumentos legais e documentos governamentais asseguram à temática um caráter transversal, indispensável e indissociável da política educacional brasileira (LOUREIRO, 2005)

Neste contexto a educação ambiental assume na prática a forma de um processo intelectual ativo, enquanto aprendizado social, baseado no diálogo e interação em constante processo de recriação e reinterpretação de informações, conceitos e significados, que surgem do aprendizado em sala de aula ou da experiência pessoal do aluno. Na escola, a abordagem do meio ambiente faz a ligação dos conhecimentos nas diversas disciplinas, ressignificando os conteúdos. Ao interferir no processo de aprendizagem e nas percepções e representações sobre a relação entre indivíduos e ambiente nas condutas cotidianas que afetam a qualidade de vida, a educação ambiental promove os instrumentos para a construção de uma visão crítica, reforçando práticas que expõe a necessidade de problematizar e agir em relação aos problemas socioambientais, tendo como objetivo, a partir de uma compreensão dos conflitos, partilhar de uma ética preocupada com a justiça ambiental (JACOBI, 2005).

Se aprender é, antes de qualquer coisa, a possibilidade de reavaliar constantemente o conjunto de informações e estas são passíveis de reformulações no contexto de sua produção e por isso são objetos permanentes de modificações como escrevem Floriani e Knechtel, (2003) e se ensinar é também saber escutar (FREIRE, 1996), o presente trabalho vem ao encontro dessas premissas uma vez que tem como objetivo entender a percepção de jovens sobre consumo e meio ambiente para poder atuar com práticas educativas possibilitando a reformulação das informações através de reflexões críticas constantes e que resultem em ações em direção da sustentabilidade, ou seja, promovendo educação ambiental.

3 METODOLOGIA

3.1 Delineamento da Pesquisa

A presente pesquisa parte inicialmente de uma revisão bibliográfica feita mediante leitura sistemática, ressaltando pontos abordados pelos autores pertinentes ao assunto em questão.

Caracteriza-se como pesquisa qualitativa de campo uma vez que se propõe a responder ao problema através de dados descritivos mediante análise de conteúdo da fala dos sujeitos e contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo (NEVES, 1996).

Para tanto foi realizada análise de conteúdo com os dados obtidos através de grupo focal e entrevista semi-estruturada.

3.2 Descrição do Universo Pesquisado

A presente pesquisa se realizou em um Colégio Estadual, localizado no Bairro Boqueirão, em Curitiba.

Este colégio é referência em ensino técnico de nível médio. Atualmente apresenta turmas na modalidade subsequente ao ensino médio para os cursos de Eletromecânica e Química e turmas na modalidade de ensino médio integrado para os cursos técnicos de Eletromecânica, Meio Ambiente e Química.

A modalidade ensino médio integrado, a qual foi foco deste estudo, devido à faixa etária dos estudantes, foi implantada em 2004, sendo que os cursos têm duração de quatro anos, portanto não houve conclusão de curso de nenhuma turma até o presente momento.

O principal objetivo da instituição é a formação profissional para área industrial, principalmente nos cursos de Eletromecânica e Química. Além deste objetivo, o ensino médio integrado também deve dar acesso aos conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio históricos próprios da formação geral e que possibilita a formação de cidadãos. Para isso os currículos dos cursos integram-se das disciplinas da base nacional comum e das disciplinas técnicas distribuídas em quatro anos.

O corpo discente do colégio é formado por alunos de vários bairros de Curitiba e também da região metropolitana. A admissão é feita através da análise de alguns critérios como renda per capita e a realização dos estudos anteriores em escolas públicas, pois a Secretaria do Estado do Paraná tem, como política de educação, possibilitar o acesso à formação profissional para a comunidade mais carente. Porém essa carência não fica evidenciada no cotidiano da escola.

Uma pesquisa realizada em 2005, com 298 alunos dos três turnos e de todos os cursos, de um total de 1707, tanto do ensino médio integrado como do subsequente, teve o objetivo de levantar a realidade sócio-econômica dos estudantes da escola para a composição do Projeto Político Pedagógico (PPP), do qual os seguintes dados foram retirados.

Entre os alunos 55% são do sexo masculino e 54% se encontram com menos de 19 anos, e 91% estudaram exclusivamente em escolas públicas.

Quanto à moradia, 71% possuem residência própria, todos dividem o espaço, 72% das casas possuem mais de seis peças, 42% ficam localizadas próximas da escola, 67% fazem o trajeto de ônibus.

Observou-se que 99% dos alunos possuem geladeira e televisão, 99% fogão, 91% máquina de lavar roupa, 84% telefone fixo, 52% computador, 89%

aparelho de som, 83% telefone celular, 53% vídeo cassete, 52% microondas, 46% DVD, 24% máquina de lavar louça e 22% secadora.

Quanto à situação no mercado de trabalho, 56% são desempregados, 27% atuam com carteira de trabalho assinada e 50% possuem renda familiar média entre 1 e 3 salários mínimos.

Em relação à questão de hábito de leitura, 53% responderam que lêem com frequência, sendo que em ordem decrescente temos os seguintes resultados: 35% jornais e 34% revistas de informações.

Quanto às atividades de lazer, observaram-se as seguintes preferências: 45% ouvir música, 41% praticar esportes, 38% ficar em casa e 35% namorar, uma vez que 89% não são sócios de clube social.

3.3 Seleção da Amostra

Foram selecionados 11 estudantes de curso profissionalizante da primeira, segunda e terceira série do nível médio integrado de escola estadual de Curitiba, com idade entre 14 e 18 anos, em um universo de aproximadamente 435 estudantes, através de convite voluntário.

3.4 Coleta de Dados

A coleta de dados se realizou em um único momento, no contra-turno de estudo dos jovens que participaram da pesquisa, na escola referida anteriormente. Ocorreu através de Grupo Focal, uma técnica qualitativa, não-diretiva, cujo resultado visa ao controle da discussão de um grupo de pessoas (TANAKA, 2001) e entrevista semi-estruturada feita logo após o grupo focal.

O grupo dos 11 adolescentes foi formado por estudantes de cursos e séries diferentes, e a dinâmica do grupo focal e a entrevista semi-estruturada teve duração aproximada de uma hora.

Foi elaborado um roteiro (Apêndice I) coerente com os objetivos da pesquisa, para ser usado no grupo focal, porém este roteiro era flexível e poderia ser modificado, principalmente quanto a sua ordem, mas também no conteúdo de acordo com as necessidades de expressão dos adolescentes.

A entrevista semi-estruturada (Apêndice II) foi composta de cinco questões fechadas, sendo que em duas questões era permitido marcar várias opções, e uma questão aberta.

O registro do grupo focal se deu através de gravador de voz e filmagem digital.

A análise das informações se concretizou após a transcrição das discussões gravadas, agrupamento das idéias recorrentes nos discursos e identificando padrões de comportamento quanto ao consumo e à ligação com a percepção ambiental.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Necessidades Básicas *versus* Supérfluos.

O ideal do homem consumidor emergiu a partir da superprodução de bens, em grande parte *supérfluos*, principalmente dentro da ótica das necessidades básicas ainda não resolvidas. Foi preciso, então, que se disseminasse a idéia de que o indivíduo se torna cidadão na medida em que pode comprar. O consumo e o desejo de consumo dos bens disponíveis, o sonho de novas possibilidades de objetos passaram a ter uma força ideológica própria, constituindo-se como objetivos de vida: consumir e mostrar o quanto se pode consumir (JORGE, 1998). Assim como a sociedade atual, os adolescentes aqui pesquisados vivem neste contexto e por isso dificilmente escapam das armadilhas do consumo.

Na entrevista semi-estruturada todos os adolescentes assinalaram alimentação, moradia, assistência à saúde, e o acesso à educação e 3 assinalaram também o lazer como necessidade básica. Apenas um assinalou 8 itens dos 12 que existiam, outros seis assinalaram 5 itens e nenhum deles assinalou carro e celular como necessidade básica.

Oralmente, os adolescentes citaram como necessidade básica o dinheiro, alimentação, água, luz, moradia, a higiene pessoal e um emprego. No entanto o primeiro comentário no grupo foi sobre a necessidade de manter um bom relacionamento com as pessoas respeitando as diferenças. Isso demonstra uma valorização do ser humano, que tem como prioridade as relações humanas, deixando de lado as necessidades materiais, pelo menos em nível de pensamento. Isso fica claro na seguinte fala, quando questionados sobre o que era necessidade básica para eles:

“Aprender a conviver com vários tipos de pessoas, nem sempre todo mundo gosta de você, tipo ter uma convivência por mais que eu não goste de uma pessoa... mas aprender a conviver, respeitar. Nem todo mundo é igual, gosta das mesmas coisas que a gente gosta.”

O dinheiro aparece como necessidade básica no discurso deles, mas nota-se certa dificuldade para justificá-lo como tal:

“Para pagar a água”

“Dinheiro é importante para essas coisas comprar sapato, roupa porque, tipo, ninguém vai querer andar mulambento na rua.”

“Para suprir nossas necessidades capitalistas”

Mas exemplificaram essas “necessidades capitalista”, na realidade como o consumo de maneira supérflua:

“Você vê uma roupa acha bonita porque a pessoa está usando e tem que comprar uma igual, porque está todo mundo na moda.”

Definição de supérfluo que surgiu no grupo foi a seguinte:

“Tudo aquilo que você pode viver sem. Celular há dez anos atrás ninguém tinha, então...”

O celular foi apontado por todos como supérfluo. O computador veio em seguida acompanhado da televisão, porém não houve unanimidade. Enquanto alguns alegavam serem esses itens supérfluos, outros reforçavam a importância da informação trazida por eles. Isso demonstra que os conceitos de necessidades básicas e de supérfluos não estavam internalizados para todos.

O vestuário é outro item importante para os adolescentes, apesar de não ter sido apontado como necessidade básica, porém foi usado em diversos exemplos. A maneira de se vestir demonstra, na maioria das vezes, a identidade do grupo ao

qual pertencem. Nesta questão aparece diferença de comportamento entre os sexos. Os rapazes afirmam ter a quantidade de roupa necessária, já as moças confessam que não resistem na hora das compras, sempre querem mais e algumas têm peças no guarda-roupa que nunca usaram.

Mesmo tendo noção do que é necessário e o que é supérfluo, a maioria admitiu ter dificuldade de deixar de ter ou fazer alguma coisa que não é uma necessidade básica, mas que faz parte do cotidiano deles. Isto se explicita nesta fala:

“Eu não abriria mão de nada... Abriria mão do computador, celular, ... só. Depende muito do que eu tenho, eu deixo de ter.”

Para Azevedo (2004) o crescimento do consumo têm também penetrado nas normas e valores culturais, já que, para muitas pessoas, o senso de bem-estar está relacionado em grande parte com seus ganhos e posses e da percepção de como os outros são influenciados por suas posses materiais. Isso explicaria a dificuldade desses adolescentes deixarem de consumir o supérfluo.

4.2 Poder de Escolha e Critérios Utilizados

Os adolescentes são consumidores, uma vez que são eles que escolhem ou têm participação efetiva na escolha do que se consome no ambiente familiar. Apenas um deles afirmou na entrevista que não tem participação alguma nessas escolhas. O seguinte discurso representa o que acontece com a maioria desses adolescentes:

“Na minha casa, quando é coisa para a casa todos tem que concordar e quando eu vou comprar algo para mim a minha mãe tem que concordar ou o meu irmão tem que dar palpite. Todo mundo se envolve.”

A decisão de um cidadão na hora de consumir é um processo complexo afetado por diferentes fatores, que incluem desde motivos de interesse próprio (preço, qualidade, gosto individual) até motivos socioculturais (contexto social, cultura, preocupações social e ambiental). Há influência nos padrões de consumo e no comportamento dos consumidores o aumento na renda *per capita*, a evolução demográfica e as mudanças decorrentes do estilo de vida, a tecnologia, as instituições e a infra-estrutura (AZEVEDO, 2004). Os critérios usados pelos adolescentes nas compras são principalmente de interesse pessoal. No presente trabalho eles citaram preço, beleza, qualidade, marca como sendo os fatores decisivos no consumo. Também apresentaram uma noção da relação custo *versus* benefício, evidenciada na seguinte fala:

“Eu escolho pela qualidade também, às vezes eu compro alguma coisa mais cara, mas de uma qualidade melhor. Tipo se eu comprar aquele mais barato não dura um mês para mim. Uma vez eu fui nessa de comprar um tênis de uma marca mais barata e durou três meses. Agora eu prefiro comprar um tênis um pouquinho mais caro, mas que eu sei que pra mim dura um, dois, três anos. (...). Às vezes o barato sai caro e o caro sai barato (...). As calças que eu compro são baratas, mas o material é bom. Eu sempre pesquiso para achar o mais barato, mas com boa qualidade. Tem coisas que você pode comprar barato, mas tem outras que se você comprar barato acaba perdendo”.

Eles afirmam, também, que a marca não é fator determinante apesar de influenciar. Algumas meninas afirmaram ser o gosto delas o mais importante:

“Se a gente leva uma coisa que a gente não gosta a gente usa uma vez, duas e não usa mais. Eu pelo menos sou assim. Se eu levo o que eu não gosto, esqueça.”

A questão ambiental não foi citada como critério nem na entrevista semi-estruturada, que perguntava diretamente sobre a existência de alguma preocupação em consumir produtos menos prejudiciais ao meio ambiente. Nessa, nenhum adolescente afirmou que sim, cinco adolescentes assinalaram nunca ter pensado nisso e quatro marcaram que nem sempre, pois os preços dos produtos ambientalmente corretos são mais altos. Demonstrando que essa preocupação para consumidores desta faixa etária, fica em último plano.

4.3 Hábitos de consumo

Quando questionados se já tinham ouvido falar em consumo responsável, ético ou solidário, consumo sustentável ou comércio justo, o silêncio denunciou o desconhecimento da questão, apenas dois deles se manifestaram, arriscando falar algo, sem muita segurança, porém de maneira assertiva, como pode ser percebido na seguinte fala:

“Consumo sustentável acho que é (...), só que tipo assim, não consumir um monte para não haver um desequilíbrio, é consumir produtos que não tenham tanta embalagem para não ser tão nociva ao meio ambiente, a embalagem vai gerar lixo.”

Além de apresentar uma noção do conceito solicitada, aparece também a capacidade de relacionar o consumo com desequilíbrio ambiental e a geração de lixo.

Essa mesma pergunta na entrevista semi-estruturada teve resultado diferente: oito afirmaram já ter ouvido falar em consumo responsável, ético ou solidário, consumo sustentável ou comércio justo, mas não sabem como funciona na prática e três garantiram nunca ter ouvido falar nisso. Isso se explica pela timidez e medo de serem questionados sobre algo que não saberiam definir muito bem.

Mesmo tendo dificuldades para explicitar esses conceitos alguns apresentaram exemplos de condutas que denotam preocupação com o meio ambiente:

“Eu vou na padaria e tem saquinho de papel e eles vão colocar na sacola e eu digo não quero sacola, quero em saco de papel. Se você pega plástico demora um pouco mais que o de papel para se decompor. Eles já sabem já me conhecem lá. (...). Eu falo que eu quero de papel e eles só me dão de papel.”

Essa fala demonstra uma preocupação com a destinação final, o que é recorrente no discurso deles em vários pontos, porém aqui esta preocupação começa já na aquisição do produto. Para esses jovens as embalagens são as principais vilãs do ambiente e afirmam que as empresas não têm interesse nesse assunto, importando-se apenas com as vendas. Eles usam esse discurso também como desculpa para se esquivar da responsabilidade enquanto cidadãos que busca informação e que exerce pressão sobre as empresas com a finalidade de buscar uma sustentabilidade socioambiental:

“Essa questão de embalagem, acho que não devia ser uma preocupação nossa. A indústria deve pensar assim: – Ah! Vamos fazer embalagem reciclável porque além de ser um benefício para o meio ambiente vai ser uma economia para a indústria.”

Colocar a responsabilidade das empresas é essencial para que ocorra um comércio mais justo, porém tem que se entender que o consumidor consciente tem importante papel nesse processo, pois age pressionando-as para práticas mais sustentáveis. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Akatu (2005) corrobora com esta idéia, pois concluiu que a intensidade com que o consumidor brasileiro expõe a expectativa de que as empresas se engajem social e ambientalmente, deixa claro

que os investimentos em Responsabilidade Social Empresarial estão deixando de ser uma opção para as empresas, e tornando-se cada vez mais uma obrigação. Da mesma maneira, fica claro que tais iniciativas devem ter credibilidade e serem comunicadas de forma efetiva, sob o risco de passar despercebidas, ou – entre o grupo alerta e ativamente engajado enquanto consumidores cidadãos – motivarem reações adversas capazes de atingir a reputação corporativa.

Apesar de não aparecer como prioridade a questão ambiental na hora de consumir, alguns admitem ter alguns hábitos de consumo favoráveis ao meio ambiente. Todavia eles relacionam esses hábitos muito mais com um estilo de vida mais saudável do que com a questão ambiental. Como é o caso do consumo de produtos orgânicos, ou da preferência por produtos naturais aos produtos industrializados, citado por um deles:

“Nossa, a maior parte do que eu consumo é orgânico. Eu sei, acho que sou anormal, cara. Ah! Tipo, entre uma coca e um suco eu prefiro mil vezes um suco, eu prefiro coisas mais saudáveis.”

Nesse caso o próprio jovem percebeu que é diferente da maioria, quando diz que é anormal, esclarecendo que esse não é o comportamento mais comum entre os adolescentes.

Outro ponto interessante é que muitos têm horta em casa e parecem gostar de cultivar este hábito, os que disseram que não tinham justificaram dizendo que moram em apartamento, o que tornaria inviável manter esse hábito. Porém esta horta é utilizada apenas para complementar alguns ingredientes da cozinha, principalmente temperos e admitiram cultivar apenas o que não dá muito trabalho. Os pais são os maiores responsáveis pela manutenção da horta. Esse é outro exemplo da relação que fazem deste hábito com a saúde:

“É bem mais saudável, porque nas plantações, mesmo, eles usam produtos químicos, já em casa é muito pouco, é mais saudável.”

Isso se explica através do reconhecimento, enquanto indivíduo, da importância da saúde, uma vez que essa quando apresenta algum desequilíbrio, normalmente afeta imediatamente, trazendo desconforto e mal estar. Um meio ambiente equilibrado é condição para ter qualidade de vida, que está intimamente ligada com a saúde. Apesar dessa ligação ser evidente, é mais fácil agir em prol da saúde, devido à crença que para mantê-la depende-se muito mais do indivíduo do que do coletivo, enquanto se sabe que ações voltadas ao meio ambiente precisam ser incorporadas pelo grupo social de determinado ambiente. Isso não exclui a importância de atitudes como as citadas anteriormente e explica a falta de percepção sobre a complexidade – que Dias (1998 p. 140) define como sendo a conexão entre todas as coisas.

Também foi citado como um possível hábito de consumo o cuidado com a certificação na compra de móveis, dando preferência para móveis fabricados a partir de madeiras de áreas reflorestadas, diminuindo assim a pressão sobre as florestas nativas, porém eles acreditam não ser fácil encontrar lojas que vão expor certificação, dificultando, assim, para o consumidor esse tipo de atitude.

Outra preocupação que eles assumiram timidamente foi com a água, principalmente com a falta deste recurso, devido ao grau de contaminação percebido por eles e exposta na seguinte afirmação:

“Eu acho, não sei, mas cuidar com o esgoto que vai para o rio, quer dizer antes era rio, agora é valeta já. (...). Ter a preocupação com a água.”

Também foram unânimes em dizer que nunca tinham pensado que quando consumiam um produto estavam consumindo, na realidade não só o produto, mas

junto com ele todo o processo produtivo: a energia, a água, os produtos químicos, o combustível, bem como todo potencial contaminador de cada atividade através dos resíduos, dos efluentes e da poluição atmosférica gerados no processo.

Outro ponto fundamental para eles é a questão da falta de acesso à informação, o que inviabiliza serem consumidores conscientes, demonstrado nessa fala:

“Muita gente não sabe se isso é melhor para o meio ambiente se isso não é. Muita gente é leiga nesse assunto.”

Quando questionados na entrevista semi-estruturada, através de uma pergunta aberta sobre como o modo de consumir deles poderia estar afetando o meio ambiente, todos direta ou indiretamente abordaram a geração de resíduos como o principal efeito dessa atividade. Alguns, no entanto, destacaram que o excesso de consumo, que a falta de informações ambientais sobre os produtos e o modo de vida estão impactando negativamente o meio ambiente.

4.4 Preocupações com o lixo gerado após consumo.

O lixo é sem dúvida a questão que tem maior relação com o meio ambiente para esses adolescentes. Sendo assim, a separação do lixo é a maior contribuição que eles acreditam dar para diminuir os seus impactos no meio. O Instituto Akatu (2004) classifica esse comportamento como de solidariedade uma vez que a adoção dessa atitude não traz benefícios diretos ou imediatos a quem os pratica, mas tem um efeito positivo de longo prazo sobre a coletividade e as futuras gerações e completa que são reflexos de uma visão de mundo, um estilo de vida mais voltado à sustentabilidade.

Não se deve negligenciar que, diferentemente da maioria das cidades brasileiras, em Curitiba existe a facilidade dessa separação acontecer devido à coleta seletiva feita pela prefeitura municipal e a propaganda para a promoção desta separação. O que vem mostrar que mudanças de atitudes se devem a um conjunto de fatores e que quando várias esferas da sociedade se envolvem no processo, ele se torna mais efetivo.

A entrevista semi-estruturada confirmou as afirmações deles no grupo focal, 7 disseram ter o hábito de separar o lixo, 4 aproveitam todas as partes dos alimentos, 3 reutilizam todo material possível e 2 afirmaram não se preocuparem com o lixo.

Alguns colocaram para o grupo a dificuldade de convencer a família de participar da separação do lixo, apesar de afirmarem conhecer a importância deste tipo de atitude, mas confessaram que isso os desestimulava a realizar esta tarefa. Outros comentaram como ocorreu a mudança de hábito que promoveu essa separação:

“Lá em casa não era tanto (se referindo à separação do lixo), mas depois que veio aquela cartinha pelo correio falando que se não separasse eles iriam começar a cobrar isso. Já estava num projeto do governo que é para separar o lixo. (...). Lá em casa a gente separa e tem uma mulher que vai lá e busca, tipo tem caixa de leite, tudo que é papel a gente vai botando lá para separar e ela vai lá e busca.”

Na fala acima é possível perceber que primeiro a modificação de hábito ocorreu devido a uma ameaça de punição; segundo que o governo municipal está envolvido com esse processo e terceiro que apesar de ter o governo envolvido com o processo a família separa e entrega para uma catadora, fortalecendo o mercado informal e possibilitando que pessoas que não teriam condições de estar em um mercado de trabalho formal estejam trabalhando.

O problema da conscientização para a separação do lixo gerou uma ansiedade no grupo, que começou a buscar soluções para resolvê-lo. As multas seriam o caminho mais curto e mais certo para resolver o problema.

“Ninguém se conscientiza, o único jeito é aplicando multa. Só se pega o pessoal pelo bolso, então saindo dinheiro deles eles vão ver que estão prejudicando meio.”

“Essa questão de conscientização, esse negócio de não separar o lixo, pode ser uma questão cultural, da educação. E não vai conscientizar uma cidade do dia para noite. E esse negócio de estar mexendo com o dinheiro, aí a pessoa se toca que tem que fazer isso.”

Alguns, porém acreditam ser inviável a execução dessa multa, mas todos se manifestaram em favor de punições, ou pelo menos ameaças, e todas elas envolvendo dinheiro, reproduzindo o valor dado a este pela sociedade. Além disso, acreditam que esta prática pode possibilitar uma reflexão e conseqüente conscientização da população:

“Sei lá é o mesmo processo de educar uma criança, você acaba aplicando uma penalidade para ela saber que aquilo está errado, com o tempo ela vai aprendendo que não tem jeito, vai ter que separar o lixo. Acho que é um modo..., não é bom, mas acho que é um método razoável para educar as pessoas a separar o lixo, eu acho.”

Destacaram novamente que faltam informação e conscientização não só sobre a questão da separação, mas também sobre outras questões ambientais.

Outra questão levantada por eles, como uma preocupação ambiental, foi o hábito que algumas pessoas têm em jogar o lixo nos espaços públicos, como na rua e em sala de aula. Todos demonstraram não aceitar este tipo de comportamento,

porém alguns admitiram anteriormente não se preocupar com isso, dando a entender que já tiveram esse tipo de conduta. No entanto uma das meninas discordou que este era um problema ambiental e afirmou ser um problema de educação, no sentido de educação familiar.

Mesmo não sendo o foco dessa pesquisa, o comportamento citado anteriormente, essa reflexão é importante, uma vez que foi levantada várias vezes pelo grupo como uma preocupação ambiental. Demonstrando assim o entendimento do espaço urbano como parte do meio ambiente contrariando o senso comum explicitado por Tavares e Freire (2003) que afirmam que jogar lixo em lugares públicos ocorre pela dificuldade da população em considerar “preservação do meio ambiente” um conceito próximo do seu dia-a-dia – o que inclui a rua, o bairro, a cidade –, associando-o somente à proteção de animais e florestas.”

4.5 Modificação de Hábitos.

Modificar hábitos, antes de mais nada, deve partir de um processo educativo que permita uma reflexão da real necessidade dessa transformação, além disso deve permitir que essa modificação seja flexível avaliando esse processo sempre que possível para fazer novas adequações.

Para os jovens, as mudanças de comportamento perante as questões socioambientais só acontecerão com punições, principalmente através de multas como relatado anteriormente. Porém admitiram que só seria justo com aquelas pessoas que tivessem a informação:

“Mas para quem tem informação, vai lá e multa, mas tipo tem muita gente que não sabe o que tem que fazer”.

Na fala anterior fica clara a necessidade de informação e a próxima reforça essa idéia, mas demonstra também que para eles esta informação deveria ser muito explícita e facilmente acessada:

“Tem muitos produtos que a gente não sabe da onde vem, quais impactos vão causar. Falta informação e a gente acaba comprando.”

Além disso, usam o termo conscientização, para expressar a necessidade de mais que apenas informação para que ocorra mudança de hábito. Sendo assim, está claro que conscientização não é a mesma coisa que informação, mas as duas têm graus de importância no processo educativo. Um deles diferenciou os dois termos da seguinte maneira:

“Você recebendo informação você está sabendo o que tem que fazer. Conscientizado você sabe que tem que fazer.”

A televisão é vista como veículo de informação, por esse motivo houve a sugestão no grupo da possibilidade de haver mais programas com preocupações ambientais, resolvendo em parte a questão da falta de informação, porém alguns questionaram a validade, argumentando que já existem programas desse tipo, mas as quais ninguém assiste, não dando audiência suficiente para serem mantidos e conseqüentemente não atingindo a população. Há também a crença, entre eles, de que o processo de educação ambiental é mais efetivo, quando realizado com crianças pequenas, pois elas já cresceriam com os hábitos adequados na relação com o meio ambiente e não teriam que passar pela dificuldade que as mudanças geram.

“A gente pode mudar, só que a capacidade que a pessoa tem para aprender quando é pequeno e quando é mais velho é diferente. Quando é pequeno ela

aprende mais. Então acho que tem que ter investimento primeiramente nas crianças.”

Como mudar é inerente ao ser humano, conseqüentemente da sociedade humana, a educação deve preparar o indivíduo para questionar, refletir, e transformar-se quando julgar interessante ou necessário para o bem do próprio indivíduo ou da coletividade. Para tanto os processos educativos precisam acompanhar o indivíduo ao longo da vida através de educação formal, não formal e informal.

Se ocorrer sensibilização na infância para pensar o meio ambiente, há uma probabilidade maior de em um futuro próximo os adultos estejam mais preparados para lidar com as questões ambientais e com atitudes mais coerentes e internalizadas.

Para tanto tem que cuidar com cartilhas e “soluções mágicas”, que possibilitam um padrão de comportamento através da reprodução de atitudes corretas em determinado momento, mas que não se sustentam pela falta reflexão.

Esses adolescentes também devem ter passado por processos de educação ambiental na infância e continuam passando, uma vez que a escola, de acordo com os PCN, tem a obrigação de trabalhar transversalmente com o tema. Isso já se reflete em alguns comportamentos percebidos nesse estudo, outro indicativo disso é a escolha de alguns deles por um curso técnico em meio ambiente, demonstrando assim um avanço da sociedade nesse sentido. No entanto, isso não surgiu em nenhum momento no grupo focal, demonstrando assim, uma provável dificuldade de relacionar as experiências pessoais anteriores com o conhecimento atual.

A partir do momento em que foi proposto ao grupo refletir sobre as possibilidades de mudanças de comportamentos começaram a aparecer

justificativas sobre suas atitudes, evidenciando a dificuldade de estabelecer compromissos:

“Sabe o que é? Às vezes a gente tem necessidade de comprar alguma coisa, a gente vai ter que comprar alguma coisa, mesmo que vá prejudicar o meio.”

Outro aspecto importante desta faixa etária é a necessidade da aceitação pelo grupo (CONSUMERS INTERNATIONAL et al., 2005), talvez por isso não acreditem no poder individual e achem que todas as pessoas compartilham deste ponto de vista, alguns se acomodam e acabam não mudando seus hábitos. Isso aparece claramente no seguinte diálogo:

“Muita gente pensa assim: - Ah, eu vou comprar aquilo. Eu sei que aquilo prejudica o meio ambiente. Eu sou um só. O que que vai fazer né?”

E outra completa:

“É, a gente pensa assim: - Se eu fizer isso que diferença isso vai fazer?”

Contrariando essa tendência Mattar (2006), do Instituto Akatu ressalta o poder contido na escolha da empresa da qual o consumidor vai comprar um determinado produto, argumentando não ser exagero dizer que o consumidor, com este ato, está “elegendo” o mundo em que vai viver, tamanho o impacto da ação das empresas sobre as sociedades.

4.6 O Desafio da Educação Ambiental

Os resultados deste estudo monográfico demonstram a necessidade de estabelecer práticas educativas que sejam mais efetivas e contínuas objetivando a formação de cidadãos mais conscientes do seu poder na transformação da sociedade em direção à sustentabilidade. Porém se faz necessário ressaltar que apesar da dificuldade de perceberem os impactos gerados por seus hábitos de

consumo, provavelmente devido à falta de reflexão, esses jovens apresentaram preocupações e comportamentos relacionados a problemas sócioambientais, demonstrando que não estão totalmente alienados a essas questões.

Na concepção destes jovens, as medidas educativas funcionariam melhor quando aplicadas na infância, o que não corresponde à realidade uma vez que o ser humano permanentemente está se modificando, aprendendo com suas experiências de vida, a fim de se adaptar as situações impostas no cotidiano.

Há, no entanto, a necessidade que esse crescimento individual não ocorra apenas nas emergências, pois muitas vezes é difícil reverter um quadro, dificultando o retorno a um estado de equilíbrio, que normalmente não é igual ao anterior. Quando se pensa isso para o coletivo a necessidade de se refletir sobre a realidade e tomar atitudes que possibilitem esse estado de equilíbrio devem ser realizados não esperando efeitos imediatos, é preciso tempo, planejamento e construção coletiva.

A Educação Ambiental deve trabalhar a valorização do saber aprender, do aprender com o outro, não só nos livros, mas na convivência (FLORIANI; KNECHTEL, 2003). Deve trabalhar de forma interdisciplinar (FLORIANI; KNECHTEL, 2003; LEFF, 2001), possibilitando o conhecimento através de várias óticas, possibilitando um entendimento da complexidade ambiental.

Isso permitiria que o processo educativo uma vez desencadeado fosse contínuo, pois dependeria mais de fatores internos, uma vez que o indivíduo estaria mais atento para o coletivo, fazendo suas observações, reflexões, atuações e avaliações, não demandando de grandes investimentos financeiros, para a manutenção do processo. Os grandes investimentos, não só financeiro, como de tempo e estrutura, devem se concentrar na formação de profissionais que vão

trabalhar para desencadear esse processo, e que pode acontecer em qualquer fase da vida.

O interessante desse processo acontecer na adolescência é a possibilidade de se aproveitar das características inerentes dessa fase como o aguçado senso crítico (OUTEIRA, 2001) que desencadeia questionamentos, podendo facilitar a problematização da realidade. Além do que esses indivíduos apresentam maior flexibilidade para as mudanças, uma vez que normalmente já não são tão dependentes dos seus responsáveis, e ainda não são responsáveis por outras pessoas, deixando os mais livres para a sua formação.

A Educação Ambiental para jovens dessa faixa etária deve ser possibilitada, principalmente pela educação formal, não excluindo a validade da educação não formal e da educação informal, isso porque a maioria deles está matriculada no ensino médio facilitando, assim, que uma grande parte da população tenha acesso a ela. Além disso, deve ocorrer de forma transversal e interdisciplinar, daí a importância da Educação Ambiental estar presente nos currículos de todos os cursos de licenciatura, formando profissionais com uma visão integral e melhor preparados para realizar um trabalho mais efetivo dentro desse universo.

Uma última reflexão pertinente diz respeito à necessidade da incorporação da visão de consumo como uma ação que influencia diretamente o meio ambiente e por isso deve ser trabalhada em Educação Ambiental, objetivando atingir práticas de prevenção ao invés de concentrar os esforços na remediação dos problemas causados pela prática de um consumo insustentável.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade de consumo altera e desequilibra o meio ambiente e estabelece relações sociais injustas, provocando crise. Graças à capacidade de desconstrução, viabilizada por um processo reflexivo, é possível romper com o ciclo que está levando a humanidade à inviabilidade de sua existência.

Nesse sentido a sociedade está abrindo novas perspectivas, possibilitando a construção de um novo processo em direção à sustentabilidade. Para isso é urgente aguçar a percepção ambiental, através de sensibilização, reflexão e avaliação em um processo educativo que permita ao ser humano entender que ele integra, de maneira complexa, a natureza e a sociedade.

A adolescência apesar de ser um período de modificações, conflitos e questionamento que fragilizam o jovem, ou por isso mesmo, é um momento rico para a formação do cidadão, politizado e agente de transformação social.

Algumas atitudes e pensamentos desses adolescentes já são expressões do novo paradigma que está surgindo, outras, no entanto, são marcas profundas da sociedade capitalista em que vivem.

A falta de percepção da relação entre consumo e meio ambiente, evidenciada na presente pesquisa, fragiliza essa transformação social, uma vez que o indivíduo, nesse caso, o adolescente, abre mão do poder, enquanto consumidor de pressionar as instituições a se transformarem em direção à sustentabilidade socioambiental.

A Educação Ambiental desempenha um papel fundamental nesse processo, devendo estar presente de maneira atuante e atrativa em todas as fases da vida, sensibilizando, refletindo, possibilitando, assim, a transformação do indivíduo e da sociedade, trazendo esperança de uma vida mais digna e mais justa.

REFERÊNCIAS

Agenda 21. Consulta on-line por capítulos do Documento Agenda 21 da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Ministério do Meio Ambiente, 1992. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=578>>. Acesso em: 04 jun.2006.

AZEVEDO, G. O. D. **Por menos lixo: a minimização dos resíduos sólidos urbanos na cidade do Salvador/Bahia.** 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola Politécnica, Salvador, 2004. Disponível em <http://www.teclim.ufba.br/curso/monografias/novas/dissertacao_meau_gardenia.pdf>. Acesso em: 04 jun.2006.

BLOS, P. **Adolescência : uma interpretação psicanalítica.** 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRASIL. Constituição da república federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, P. 1 (anexo), 05 out. 1988. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em 11 de jul. 2006.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em 11 de jul. 2006.

CAPRA, F. **O Ponto de Mutação.** São Paulo : Cultrix, 1986.

_____, F. **A Teia da Vida – Uma Nova Compreensão dos Sistemas Vivos.** 6ª ed. São Paulo : Cultrix, 2001.

COBRA, Rubem Q. - **Fenomenologia.** Filotemas, Brasília, 2001, rev. 2005. Disponível em <www.cobra.pages.nom.br> , Acesso em 02 mai. 2006.

CONSUMERS INTERNATIONAL/ MMA/ MEC/ IDEC **CONSUMO SUSTENTÁVEL: Manual de Educação.** Brasília: Consumers International/ MMA/ MEC/ IDEC, 2005. 160p.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas.** São Paulo: Global, 1998.

FACES DO BRASIL, **Princípios e critérios do comércio ético e solidário.** 2005 . Disponível em <<http://www.facesdobrasil.org.br/fb/publicacoes/Cartilha%20PC.pdf>> Acesso em 30 mai. 2006

FEREGUETTI, A. C.; SANTANA, R. C. **Quantificação dos resíduos sólidos urbanos e sua relação com um indicador sócio-econômico do município de Linhares-ES.** Disponível em <<http://www.abes-es.org.br/paginas/trabalhos/Quantifica%E7%E3o%20dos%20Res%EDduos%20S%F3lidos%20Urbanos%20e%20sua%20Rela%E7%E3o%20com.pdf>> Acesso em 07 jun. 2006.

FLORIANI, D.; KNECHTEL, M. do R. **Educação ambiental, epistemologia e metodologias.** Curitiba: Vicentinas, 2003.

FOLADORI, G.; TOMMASINO, H. El concepto de desarrollo sustentable treinta años después. **Desenvolvimento e Meio Ambiente.** Curitiba: Editora da UFPR. n. 1, p. 41-56, jan./jun 2000. Disponível em <<http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/3056/2447>> Acesso em 12 de jul de 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 11ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra: idéias centrais para um debate.** I Fórum Internacional sobre Ecopedagogia. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação Universidade do Porto – Portugal - 24 a 26 de março de 2000. Disponível em <http://www.paulofreire.org/Moacir_Gadotti/Artigos/Portugues/Pedagogia da Terra/ Ped Terra ideias centrais 2000.pdf> Acesso em 14 jul 2006.

INSTITUTO AKATU. **Descobrimo o Consumidor Consciente.** São Paulo: Instituto Akatu, 2004. Disponível para download em <http://www.akatu.org.br//areas/publicacoes/inc_conteudo_publicacoes.asp> Acesso 20 jul. 2006.

_____. **Pesquisa 2005: Responsabilidade Social das Empresas – Percepção do Consumidor Brasileiro.** São Paulo: Instituto Akatu, 2005. Disponível para download em <http://www.akatu.org.br//areas/publicacoes/inc_conteudo_publicacoes.asp> Acesso 20 jul. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional de saneamento básico - 2000.** Rio de Janeiro, 2002 Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb/pnsb.pdf>> em 03 jun. 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORAMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL E INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. **Meio Ambiente e Consumo** – Coleção Educação para o consumo responsável. 2002. Disponível em <http://www.idec.org.br/files/workshop_cs.doc> Acesso em 01 jun. 2006.

INMETRO e IDEC. **Meio Ambiente e Consumo.** Coleção para o consumo responsável, 2002. Disponível em <http://www.idec.org.br/images/inmetro_meioambiente.pdf> Acesso em 16 mai. 2006.

JACOBI, P. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade.** *Cad. Pesqui.* [online]. mar. 2003, no.118, p.189-206. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742003000100008&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0100-1574. Acesso em 1 de jun. 2006.

_____. Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. *Educ. Pesqui.* [online]. maio/ago. 2005, vol.31, no.2, p.233-250. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000200007&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1517-9702. Acesso em 1 de jun. 2006.

JORGE, M. T. S. Será o ensino escolar supérfluo no mundo das novas tecnologias? *Educ. Soc.* [online]. Dez. 1998, vol.19, no.65, p.163-178. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000400006&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0101-7330. Acesso 19 Jul. 2006.

KEHL, Maria Rita. A gravidez e o vazio. In: WEINBERG, C. (Org.). **Geração Delivery: adolecer no mundo atual.** São Paulo: Sá, 2001. p. 29 – 38.

LEFF, H. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LOUREIRO, C. F. B. Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. *Educ. Soc.* [online]. set./dez. 2005, vol.26, no.93, p.1473-1494. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000400020&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0101-7330. Acesso em 1 jun. 2006.

MATTAR, H. **Construindo o consumo consciente.** Instituto Akatu, 14 mar. 2006. Disponível em: <<http://www.akatu.net/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=1349&sid=84&tpl=view%5Ftipo4%2Ehtm>> Acesso em 19 jul. 206.

MEDINA, N. M; SANTOS, E. da C. **Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção.** 2ª ed. São Paulo : Martins Fontes, 1999.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **O que é Agenda 21?** Disponível em <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=597> Acesso em 08 jun. 2006.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE; DIRETORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; COORDENAÇÃO-GERAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Coletivos Jovens de Meio Ambiente: manual orientador.** Brasília, 2005.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa – características usos e possibilidades.** Cadernos de pesquisas em administração, São Paulo, v.1, nº3, 2ºsem./1996.

Disponível em <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>> Acesso em 19 abr. 2006.

NOGUEIRA, T. Compras para salvar o mundo. **Época**. São Paulo: Globo, n. 392, nov. 2005.

ÓRGÃO GESTOR DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL; O MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Juventude, Cidadania e Meio Ambiente: subsídios para elaboração de políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2006.

OUTEIRAL, J. Adolescência: Modernidade e Pós modernidade. In: WEINBERG, C. (Org.). **Geração Delivery: adolecer no mundo atual**. São Paulo: Sá, 2001. p. 13 – 28.

RAYNAUT, C.; LANA, P. C.; ZANONI, M. Pesquisa e formação na área do meio ambiente e desenvolvimento: novos quadros de pensamento, novas formas de avaliação. **Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba: Editora da UFPR, n. 1, p. 71-81, jan./jun. 2000. Disponível em <<http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/3058/2449>> Acesso em 19 de jun de 2006.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI **Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 1. Curitiba: Editora UFPR, 1994.. p. 29-56.

SEBRAE. **Comércio Justo, pesquisa mundial**. Relatório. Brasília: 2004. Disponível em <http://www.sebrae.com.br/br/download/comerciojusto_relatorio.pdf> Acesso 26 mai. 2006.

SOARES, S. M. V., **A Percepção Ambiental da População Noronhense em Relação à Área de Preservação Ambiental**. 2005. 96 f. Monografia do Curso de Pós-Graduação em Gestão e Política Ambiental do Departamento de Letras e Ciências Humanas da UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2005. Disponível em <<http://www.noronha.pe.gov.br/downloads/projetos/perc-ambiental.pdf>> Acesso em 02 mai. 2006.

SORRENTINO, M., TRAJBER, R., MENDONÇA, P. *et al.* Educação ambiental como política pública. **Educ. Pesqui.** [online]. maio/ago. 2005, vol.31, no.2, p.285-299. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000200010&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1517-9702. 31 Acesso 31 mai 2006.

TANAKA, Oswaldo Y.; MELO, Cristina. **Avaliação de Programas de Saúde do Adolescente- um modo de fazer**. São Paulo : Edusp, 2001.

TAVARES, C e FREIRE, I. M. "Lugar do lixo é no lixo": estudo de assimilação da informação. **Ci. Inf.** [online]. maio/ago. 2003, vol.32, n. 2, p.125-135. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652003000200013&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0100-1965. Acesso em 01 jun 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE I - ROTEIRO DO GRUPO FOCAL

- ✓ Apresentações
- ✓ Necessidades básicas para uma vida digna.
- ✓ Que itens supérfluos fazem parte do cotidiano.
- ✓ Qual o poder de escolha na aquisição de bens, materiais e serviços na família.
- ✓ Critérios usados na escolha de um determinado produto.
- ✓ Preocupações ambientais na hora das compras (empresas verdes, consumo de orgânicos)
- ✓ Preocupações com o lixo gerado após consumo.
- ✓ Modificação de hábitos.
- ✓ Agradecimentos

APÊNDICE II – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA

1-O que é necessário para se ter uma vida digna (assinale os itens necessários para responder a pergunta):

- | | |
|------------------------|---|
| a) Alimentação | g) Imóveis (além da moradia) |
| b) Moradia | h) Lazer |
| c) Assistência à saúde | i) Geladeira e fogão |
| d) Acesso à educação | j) Freezer, microondas, máquina de lavar roupas |
| e) Carro | k) Outros eletrodomésticos |
| f) Celular | |
| l) Outros _____ | |

2- Você tem participação na compra e contrato de serviços em sua casa?

- a) Sim, sempre participo dessas decisões em casa.
- b) Sim, sou eu quem decide o que consumimos em casa.
- c) Sim, mas só quando é para mim.
- d) Não, não participo dessas decisões em casa.
- e) Outro _____

3- Quando você consome algum produto, preocupa-se em consumir produtos que sejam menos prejudiciais ao meio ambiente?

- a) Sim, sempre procuro obter informações sobre o produto e as empresas que os produzem.
- b) Não levo em conta este critério, pois não tenho informações suficientes a esse respeito.
- c) Não, nunca pensei nisso.
- d) Nem sempre, porque o preço dos produtos e das empresas ambientalmente corretos são sempre mais altos.
- e) Outro _____

4- Quanto ao lixo que você produz: (marque quantas forem necessárias)

- a) Procura comprar o suficiente para não ocorrer desperdício e aumentar a quantidade de lixo.
- b) Procura comprar produtos com menos embalagens.
- c) Separa o lixo.
- d) Reutiliza todo o material que for possível.
- e) Enterra o lixo orgânico no quintal.
- f) Aproveita todas as partes dos alimentos (exemplo: cascas de verduras)
- g) Não me preocupo com o lixo que eu produzo.
- h) Outro _____

5- Já ouviu falar em consumo sustentável, em consumo ético e solidário, em consumo responsável ou em comércio justo?

- a) Sim, e busco consumir produtos que estejam dentro desse conceito.
- b) Sim, já ouvi falar, mas na prática não sei como funciona.
- c) Não, nunca ouvi falar.
- d) Outro _____

6- De que maneira o seu modo de consumir pode estar afetando o meio ambiente?